

ANEXO 18

CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE

ÍNDICE

1.	DO OBJETO DA TRANSIÇÃO E ASSINATURA DO TTI.....	3
2.	DA TRANSFERÊNCIA DAS LICENÇAS DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO EM NOME DE DERSA/DER	3
3.	DA CONTRATAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE	4
4.	DA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO	5
5.	DO CONTEÚDO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.....	9
6.	DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA	20
7.	DO RECEBIMENTO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO	22
8.	DAS CONSEQUÊNCIAS QUANTO AO RECEBIMENTO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL	23
9.	DAS PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS À DESOCUPAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	24
10.	DAS OMISSÕES NO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E DAS CORREÇÃO DAS FALHAS.....	25
11.	DA REMOÇÃO DE OBJETOS DO SISTEMA RODOVIÁRIO	26
12.	DA ASSINATURA DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO	26
13.	INVENTÁRIO	27

1. DO OBJETO DA TRANSIÇÃO E ASSINATURA DO TTI

- 1.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme definição no ANEXO 02, será transferido à CONCESSIONÁRIA nos termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO 18, por meio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
- 1.2. O TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL deve ser assinado pelas PARTES em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do CONTRATO.
- 1.3. São condições para a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL:
 - (i) A assinatura da autorização para transferência das LICENÇAS DE INSTALAÇÃO das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO vigentes de titularidade do DER, conforme item 2 deste ANEXO; e
 - (ii) A instituição da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, conforme item 4 deste ANEXO.
- 1.4. A assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL dará início ao PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, momento em que deverão ser realizadas as atividades previstas na Cláusula 6.2.2 do CONTRATO e detalhadas neste ANEXO.
- 1.5. O LOTE RODOANEL NORTE é constituído pela malha rodoviária concedida à CONCESSIONÁRIA, composta pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo todos os seus elementos integrantes da FAIXA DE DOMÍNIO, além de acessos e alças, edificações, terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais, e demais investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO e quaisquer outros elementos, bem como por eventuais áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à CONCESSÃO PATROCINADA.
- 1.6. Com a transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, todo o escopo da CONCESSÃO PATROCINADA previsto no subitem 1.4 supra deverá ser considerado pela CONCESSIONÁRIA no desempenho das atividades e cumprimento das obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 1.7. Em até 10 (dez) dias contados da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARTESP o cronograma para a condução das atividades e levantamentos relacionados à elaboração dos RELATÓRIOS DE VISTORIA e PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, sendo a ela lícito propor o desenvolvimento das atividades necessárias de maneira faseada, de modo a permitir a conclusão dos levantamentos exigidos para disciplinas específicas e/ou em determinadas seções de maneira antecipada em relação ao fim do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, observando os prazos máximos previstos nos itens 5 e 6.
- 1.8. Caso a CONCESSIONÁRIA opte por antecipar a apresentação do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO considerando faseamento das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, o processo previsto no item 7 poderá ser igualmente antecipado e deverá correr de forma independente para cada fase, ainda que previamente à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO.

2. DA TRANSFERÊNCIA DAS LICENÇAS DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO EM NOME DO DER

- 2.1. É condição prévia para emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL a assinatura da autorização para transferência das LICENÇAS DE INSTALAÇÃO das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO vigentes de titularidade do DER, conforme modelo disponibilizado no ANEXO 22.
 - 2.1.1. Eventuais prejuízos decorrentes de atraso na assinatura da autorização para transferência das LICENÇAS DE INSTALAÇÃO por parte do DER serão de responsabilidade do PODER CONCEDENTE.
- 2.2. É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA adotar as medidas necessárias junto à CETESB para viabilizar a transferência de titularidade das LICENÇAS DE INSTALAÇÃO detidas pelo DER.
 - 2.2.1. Caberá ao PODER CONCEDENTE, com auxílio da ARTESP, apoiar a CONCESSIONÁRIA na obtenção da transferência de titularidade das LICENÇAS DE INSTALAÇÃO.

3. DA CONTRATAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE

- 3.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA elaborar o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO durante o PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, no prazo indicado no item 5.1.
- 3.2. Caso a CONCESSIONÁRIA decida pela contratação do RELATOR INDEPENDENTE para elaboração do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, deverá apresentar, na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, lista tríplice de candidatos à ARTESP.
- 3.3. Em até 10 (dez) dias após a apresentação da lista tríplice de candidatos a RELATOR INDEPENDENTE pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá homologar a lista ou, caso necessário, solicitar ajustes.
 - 3.3.1. Na hipótese de homologação da lista tríplice, na mesma oportunidade, a ARTESP irá selecionar, por meio de sorteio, o RELATOR INDEPENDENTE a ser contratado.
 - 3.3.2. Na hipótese de solicitação de ajustes à lista tríplice, a CONCESSIONÁRIA (i) deverá apresentar nova lista em até 5 (cinco) dias da solicitação apresentada pela ARTESP; e (ii) a ARTESP deverá realizar a homologação em até 5 (cinco) dias e, na mesma data, selecionar o RELATOR INDEPENDENTE, por meio de sorteio.
- 3.4. Em até 5 (cinco) dias da seleção, por meio de sorteio, pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação do RELATOR INDEPENDENTE.
- 3.5. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública, arroladas no item 8.3 do EDITAL.
- 3.6. O RELATOR INDEPENDENTE, seus prepostos e funcionários integrantes de seus quadros, não poderão ter tido qualquer relação prévia com o projeto do RODOANEL NORTE, qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

- 3.7. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do RELATOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.
- 3.8. Selecionado o RELATOR INDEPENDENTE, este procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias referentes ao recebimento do SISTEMA RODOVIÁRIO, e elaborará o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
- 3.9. O RELATOR INDEPENDENTE será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, respondendo pessoalmente pela equipe, sendo pessoas físicas ou companhias subcontratadas, que venha a contratar para seus levantamentos.
- 3.10. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a rescindir o contrato com o RELATOR INDEPENDENTE, após decisão devidamente motivada da ARTESP, caso esta entenda terem sido emitidos relatórios ou posicionamentos incompatíveis com o dever do RELATOR INDEPENDENTE de atuar com rigor técnico, independência e equidistância entre as PARTES.
- 3.11. Não serão vinculantes e presumidas corretas as posições apresentadas pelo RELATOR INDEPENDENTE no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO ou nos RELATÓRIOS DE VISTORIA.

4. DA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO

- 4.1. A transferência do SISTEMA RODOVIÁRIO à CONCESSIONÁRIA, assim como a execução de todas as atividades compreendidas neste ANEXO, no PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, serão acompanhadas pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, qualificada como meio alternativo de solução de controvérsias sob a natureza de *dispute adjudication board* (comitê de prevenção e resolução de disputas, com competência adjudicatória).
 - 4.1.1. Durante o PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO será competente para acompanhar a execução contratual, assim como para emitir manifestações fundamentadas sobre questões técnicas e econômico-financeiras submetidas pela ARTESP ou pelas PARTES, de modo a prevenir e resolver as divergências que venham a surgir.
 - 4.1.2. Durante o PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, caberá à COMISSÃO DE TRANSIÇÃO acompanhar a execução da OBRA DE IMPLANTAÇÃO e emitir manifestações fundamentadas sobre questões técnicas e econômico-financeiras submetidas pela ARTESP ou pelas PARTES, inclusive quando relacionadas à EVENTO DE DESEQUILÍBRIO decorrente da identificação de VÍCIO OCULTO.
- 4.2. Poderão ser submetidas à COMISSÃO DE TRANSIÇÃO todas e quaisquer controvérsias oriundas da discordância da ARTESP, ou de uma ou ambas as PARTES, com relação a decisões, laudos, relatórios ou opiniões proferidas pela CONCESSIONÁRIA e/ou RELATOR INDEPENDENTE, pela ARTESP ou pelo PODER CONCEDENTE, durante o PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO.
 - 4.2.1. A competência da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO é restrita às divergências que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, assim definidos pelo artigo 18, § 4º, da Lei Estadual nº 16.933/2019, incluindo, exemplificativamente, as matérias descritas no item 5.1 abaixo.

- 4.2.2. Não serão objeto de deliberação pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO as controvérsias que envolvam interesses de terceiros que não tenham vínculo contratual, estatutário ou legal, presente ou pretérito, com qualquer das PARTES.
- 4.2.3. As decisões da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO vincularão imediatamente a ARTESP e as PARTES, que ficarão obrigadas a cumprir o teor do decisório no prazo fixado pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO ao decidir o litígio, enquanto não sobrevier decisão arbitral ou judicial que a modifique, desconstitua, anule ou suspenda os seus efeitos, sem prejuízo ao disposto no item 7 abaixo.
- 4.3. A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO será formada por 5 (cinco) membros especializados, que deverão, no âmbito de sua competência, conforme delimitado nos itens 4.1 e 4.2 deste ANEXO, atuar encorajando as PARTES e a ARTESP a evitar disputas durante o PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO, e as assistir na solução daquelas que não puderem ser evitadas, visando à sua solução definitiva, em conformidade com o CONTRATO e seus ANEXOS e observando a legislação aplicável.
- 4.3.1. Para o adequado exercício de suas atribuições, os membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO terão pleno acesso à ÁREA DA CONCESSÃO e a todos os documentos e relatórios relacionados à CONCESSÃO PATROCINADA.
- 4.4. Em até 5 (cinco) dias após data de assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA indicará 2 (dois) membros, e o PODER CONCEDENTE e a ARTESP indicarão, cada um, 1 (um) membro, para compor a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, devendo os membros indicados, de comum acordo, nomear mais 1 (um) membro, no prazo complementar de 5 (cinco) dias, observado o item 4.5.2 abaixo, o qual presidirá as reuniões da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO.
- 4.5. No prazo de 5 (cinco) dias, o PODER CONCEDENTE e/ou a ARTESP poderão recusar as indicações feitas pela CONCESSIONÁRIA, e a CONCESSIONÁRIA poderá recusar as indicações feitas pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE, devendo, para tanto, em qualquer dos casos, ser demonstrada a ocorrência de alguma das situações impeditivas mencionadas no item 4.6.
- 4.5.1. Na hipótese do item 4.5 acima, aquele que tiver sua indicação recusada deverá apresentar nova indicação, no prazo de 5 (cinco) dias da notificação da recusa.
- 4.5.2. Para a nomeação do Presidente da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, os membros já designados, observada a hipótese do item 4.5 acima, deverão submeter, em até 5 (cinco) dias, lista com cinco potenciais candidatos ao escrutínio das PARTES, oportunidade em que cada uma poderá vetar, no prazo de até 5 (cinco) dias, até dois nomes, injustificadamente, devendo o presidente finalmente eleito estar entre os nomes não vetados.
- 4.6. Os membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO:
- (i) deverão possuir experiência na gestão de, ou assessoria a, projetos de longo prazo, no setor de concessão rodoviária e/ou construção pesada, salvo o Presidente da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO que deve ter, preferencialmente, formação jurídica, sendo aplicáveis, a todos os membros, as regras de impedimento e suspeição dos juízes previstas no Código de Processo Civil vigente e aquelas existentes no Capítulo III da Lei Federal nº 9.307/1996;
 - (ii) deverão ser pessoas dotadas de idoneidade moral, e ter formação técnica e

experiência profissional reconhecidas e compatíveis com as exigências deste ANEXO;

- (iii) não deverão incorrer em quaisquer das situações previstas nas Listas Vermelha e Laranja das Diretrizes da IBA – *International Bar Association*, relativas a Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional;
- (iv) deverão ser independentes em relação a quem lhes indicou, de modo que não poderá participar, direta ou indiretamente, da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, pessoa que seja ou que tenha sido, nos últimos 12 (doze) meses, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado, administrador, sócio ou que tenha quaisquer vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou empresarial com a CONCESSIONÁRIA, acionistas da CONCESSIONÁRIA e seu GRUPO ECONÔMICO, o PODER CONCEDENTE ou a ARTESP, conforme o caso;
- (v) devem desempenhar suas funções com independência, imparcialidade, competência e diligência tendo o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.

4.6.1. O dever de revelar situação que possa criar dúvida justificada quanto à parcialidade ou independência dos membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO se mantém durante todo o período de sua existência, em relação a fatos supervenientes à indicação.

4.6.2. Sem prejuízo do dever de revelação atribuído ao membro indicado para a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, as PARTES ou a ARTESP poderão submeter-lhe questionamentos por escrito acerca de sua imparcialidade e independência, ao longo do prazo previsto no item 4.5, os quais deverão ser respondidos em tempo hábil ao exercício do direito de recusa.

4.7. Formada a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, o presidente será responsável por elaborar regulamento detalhando as regras de funcionamento da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, devendo submetê-lo à aprovação dos demais membros.

4.7.1. O regulamento de que trata o item 4.7 deverá dispor, no mínimo, sobre:

- (i) forma de fixação do calendário de atividades para acompanhamento do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO;
- (ii) forma e prazos de comunicação às PARTES e interessados;
- (iii) forma e prazo de convocação das reuniões entre os membros;
- (iv) prazos para a prática de atos, quando da análise e decisão de controvérsias que lhe forem submetidas; e
- (v) forma de registro das deliberações e outras atividades pertinentes dos membros.

4.7.2. Os prazos para emissão de decisões regulados neste ANEXO prevalecerão sobre os prazos previstos no regulamento da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO.

4.7.3. O procedimento observará a oralidade e a informalidade na gestão e na prevenção de divergências, mas quaisquer decisões da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO deverão ser

formalizadas por escrito, devendo a forma escrita ser observada também para a submissão de divergência à sua apreciação, a produção de provas e demais manifestações ao longo do procedimento.

- 4.8. Os membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO receberão uma quantia mensal a título de remuneração pelos serviços prestados, cujo valor será definido levando-se em conta a remuneração praticada no mercado para serviços de natureza semelhante.

4.8.1. Os membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO deverão estar cientes de que a remuneração mensal fixada no item acima cobre (i) a disponibilidade dos membros da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO para comparecer a todas as reuniões e visitas *in loco* com as PARTES e ARTESP; (ii) o acompanhamento das atividades no PERÍODO PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO; (iii) a análise de relatórios e outros documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA e/ou RELATOR INDEPENDENTE, relativos ao PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e PERÍODO DE CONSTRUÇÃO; e (iv) as despesas administrativas e de escritório incorridas pelo membro da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO em seu local de residência.

- 4.9. Caberá à CONCESSIONÁRIA o pagamento da integralidade dos custos atinentes à instalação e ao funcionamento da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, incluindo os honorários dos membros nomeados pelas PARTES e ARTESP, e os custos decorrentes da contratação de eventual perícia ou assessoria técnica especializada pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, não sendo devido qualquer tipo de reembolso ou cominação de ônus de sucumbência ao PODER CONCEDENTE e/ou ARTESP.

- 4.10. A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO deverá conduzir o procedimento necessário à emissão de sua decisão em respeito aos princípios da publicidade, do contraditório, da igualdade das partes, da sua imparcialidade e independência, bem como observar os princípios que regem a atividade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

4.10.1. Poderá, excepcionalmente, ser imposto sigilo a certos atos ou documentos produzidos no procedimento, desde que a hipótese esteja prevista na legislação vigente, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011 e no Decreto Estadual nº 58.052/2012.

4.10.2. Todos os documentos apresentados pelas PARTES e pela ARTESP presumem-se públicos, cabendo ao interessado justificar eventual sigilo que deva recair sobre algum dos documentos apresentados, oportunidade em que, havendo discordância de algum dos interessados, a questão será dirimida pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO.

4.10.2.1. A disciplina prevista no item 4.10.2 não se aplica aos documentos que já tenham, em âmbito arbitral ou judicial, ou no âmbito da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, tido o seu sigilo apreciado, hipótese na qual deverá ser respeitada a decisão adotada em âmbito administrativo, judicial ou arbitral, quanto ao sigilo dos documentos.

- 4.11. As manifestações da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO serão consideradas aprovadas se contarem com o voto favorável da maioria absoluta de seus membros, e deverão observar as normas técnicas, contratuais e legais aplicáveis à controvérsia, sendo vedado o julgamento por equidade.

4.11.1. Em caso de obscuridade, contradição, omissão ou erro material contido na manifestação da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, qualquer das PARTES e a ARTESP poderão, em até 15 (quinze) dias, pleitear sua revisão, conferindo-se igual prazo para os demais se manifestarem a respeito do pedido de revisão.

4.11.2. Ressalvado o previsto no item 4.11.1, não caberá recurso das decisões da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, podendo quaisquer das PARTES e a ARTESP, caso não esteja de acordo com seu julgamento, submeter a questão à arbitragem.

4.12. A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO será extinta após a solução de eventuais divergências decorrentes de eventos anteriores à OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA.

5. DO CONTEÚDO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO

5.1. O PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, por si ou por RELATOR INDEPENDENTE, no prazo máximo de 9 (nove) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante solicitação da CONCESSIONÁRIA e aprovação da ARTESP, contados da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos da Cláusula 6.2.2.2 do CONTRATO, e deverá abranger o seguinte conteúdo:

- (i) Identificação de eventuais incompatibilidades entre o eventuais passivos e/ou irregularidades ambientais encontrados no SISTEMA RODOVIÁRIO, quando transferido por meio do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, e aqueles previstos no CONTRATO e nos ANEXOS como risco da CONCESSIONÁRIA, assim como eventuais novas medidas compensatórias ou providências de cunho ambiental decorrentes das conclusões dos estudos e análises listados neste ANEXO;
- (ii) Identificação de objetos, equipamentos, insumos e/ou peças que tenham sido anteriormente utilizadas e que não componham o rol de BENS REVERSÍVEIS, mas que permaneçam na área em que será implantado o SISTEMA RODOVIÁRIO;
- (iii) Identificação e cadastro de eventuais ocupações identificadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, indicando como cada conjunto de ocupações pode vir a obstruir o início das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO;
- (iv) PROJETO EXECUTIVO certificado das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, nos termos do APÊNDICE G, compreendendo a totalidade das obras e intervenções necessárias para implantação do SISTEMA RODOVIÁRIO, e levando em conta os resultados das inspeções e ensaios técnicos previstos no item 5.2, bem como eventuais impactos decorrentes dos levantamentos indicados nos itens 5.1 (ii) e (iii);
- (v) PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, de acordo com as diretrizes apresentadas no CONTRATO e, especialmente, em seus ANEXOS 05, 06, 07, 12 e 21, com detalhamento das obras e investimentos lá apresentados, e que deverá conter CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, contemplando a indicação dos percentuais previstos de avanço físico de cada investimento em periodicidade semestral, independentemente do valor alocado para cada ano de obra, bem como PLANO DE SEGUROS atualizado, compatível com o PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS;
- (vi) Indicação dos custos estimados para conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, considerando os levantamentos previstos neste item.

5.1.1. O PROJETO EXECUTIVO de que trata o inciso (iv) do item 5.1 deverá observar, para os fins do inciso (vi) do item 5.1, o regramento de precificação previsto no item 25.5.2.1.1 do CONTRATO, além de conter os quantitativos associados às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

- 5.1.1.1. Para fins da precificação de que trata o item 5.1.1, a CONCESSIONÁRIA deverá utilizar as tabelas e repositório de preços vigentes nas datas-bases indicadas abaixo, atualizados a março de 2022 de acordo com a variação do IPCA/IBGE, observando-se a seguinte hierarquia:

Hierarquia	Tabela de Preços	Data Base
1	DER-SP	Dezembro de 2021
2	SICRO-SP	Janeiro de 2022
3	SINAPI	Fevereiro de 2022
4	CPOS	Fevereiro de 2022
5	SIURB	Janeiro de 2022
6	Outras referências conforme Cláusula 25.5.2.1.1 do CONTRATO	Até Março de 2022

- 5.1.2. Os itens 5.1 (ii) e (iii) serão objeto de RELATÓRIO DE VISTORIA específico, nos termos do item 6, e deverão ser apreciados na forma deste ANEXO e apresentados em conjunto com os demais itens do item 5.1, compondo o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
- 5.2. A elaboração do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá contemplar, obrigatoriamente, a execução das inspeções e ensaios técnicos listados abaixo, sem prejuízo de inclusões ou alterações posteriores requeridas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 5.3:

Referentes às OAE:

Os projetos e inspeções de estruturas devem ser realizadas de acordo com as normas técnicas vigentes e especificações técnicas da ARTESP e do DER, dentre elas:

ARTESP

ET-00.000.000-0-C21/002 -R1 – Controle das obras de arte especiais

DER

IP-DE-C00-001_A - Projeto de estrutura de obra de arte especial

IP-DE-C00-011_A - Projeto de recuperação e alargamento de obra de arte especial

ABNT

ABNT NBR 7187- Projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido – Procedimento

ABNT NBR 7188- Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas

ABNT NBR 8681 -Ações e segurança nas estruturas – Procedimento

ABNT NBR 6123- Forças devidas ao vento em edificações

ABNT NBR 6122- Projeto e execução de fundações

ABNT NBR 6118 -Projeto de estruturas de concreto — Procedimento

ABNT NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios

ABNT NBR 9050- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

ABNT NBR 9062- Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado

ABNT NBR 14885- Segurança no tráfego - Barreiras de concreto

ABNT NBR 15486- Segurança no tráfego — Dispositivos de contenção viária — Diretrizes de projeto e ensaios de impacto

ABNT NBR 19783- Aparelhos de apoio de elastômetro fretado - especificação e métodos de ensaio

ABNT NBR 9452- Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto – Procedimento

Referentes a PAVIMENTOS

□

Avaliação	Equipamento / Ensaio	Normas Aplicáveis	Descrição da Norma
Condições de superfície	-	DNIT 006/2003-PRO	Avaliação objetiva da superfície de pavimentos flexíveis e semi-rígidos
		DNIT 005/2003-TER	Defeitos nos pavimentos flexíveis e semi-rígidos
		DNIT 060/2004-PRO	Pavimento Rígido - Inspeção visual
		DNIT 062/2004-PRO	Pavimento Rígido - Avaliação objetiva
		DNIT 061/2004-TER	Pavimento Rígido - Defeitos
Condições de conforto	Perfilômetro LASER	ASTM E950 / E950M(2009)	<i>Standard Test Method for Measuring the Longitudinal Profile of Traveled Surfaces with an Accelerometer Established Inertial Profiling Reference</i>
		ASTM E1364 - 95(2005)	<i>Standard Test Method for Measuring Road Roughness by Static Level Method</i>
Condições defletoométricas	FWD	DNER-PRO 273/96	Determinação das deflexões utilizando o deflectômetro de impacto tipo “falling weight deflectometer - FWD”
		DNIT 132/2010 - PRO	Pavimentos – Calibração da célula de carga e de sensores de deflexão dos deflectômetros do tipo “Falling Weight Deflectometer (FWD)”
Condições de Segurança	Pêndulo Britânico e Mancha de Areia	ASTM E303 - 93(2008)	<i>Standard Test Method for Measuring Surface Frictional Properties Using the British Pendulum Tester</i>
		ASTM E965 - 96(2006)	<i>ASTM E965 - 96(2006) Standard Test Method for Measuring Pavement Macrottexture Depth Using a Volumetric Technique</i>

Adicionalmente, devem ser consideradas as seguintes avaliações:

- Sondagens e poços de inspeção para avaliar as espessuras e condições das camadas já executadas;
- Ensaios de controle tecnológico dos materiais: propriedades mecânicas e grau de compactação das camadas; e
- Avaliação das propriedades da mistura asfáltica: teor de asfalto, volume de vazios, etc.

Referentes à GEOTECNIA:

Com a relação da área de geotecnia as inspeções deverão atender as normas mais restritivas entre as seguintes:

INSTRUÇÕES DE PROJETO DER

IP-DE-C00/005	Projeto de muro de arrimo
IP-DE-C00/007	Projeto de contenção
IP-DE-C00/008	Recuperação de áreas com ocorrência de erosão em solo
IP-DE-G00/001	Estudos geológicos
IP-DE-G00/002	Instruções de serviços geotécnicos
IP-DE-G00/003	Estudos geotécnicos

NORMAS ABNT

NBR 8044 – Projeto Geotécnico
NBR 11682 – Estabilidade de Taludes
NBR 5629 – Execução de Tirantes Acorados no Terreno
NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações
NBR 6484 - Sondagem SPT
NBR 19286 – Muros em solos mecanicamente estabilizados

Referentes à DRENAGEM:

A investigação deverá ser dirigida a inspecionar integridade e funcionalidade dos elementos de drenagem profunda e superficial.

Nota aplicável de forma geral:

Deverão ser devidamente inspecionados todos os elementos executados, instalados e/ou previamente fabricados de modo a verificar seu estado de conservação.

Aspectos Socioambientais

ESIA

Deverá ser elaborado Estudo de Identificação e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais (ESIA), atualizando as informações para o cenário de retomada das obras, alinhado aos requisitos do

PD1, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- (i) Avaliação de eventuais impactos não mitigados do projeto original e riscos e impactos associados à conclusão da construção, às novas obras complementares e à retificação dos passivos ambientais;
- (ii) No caso de ser necessário desenvolver atividades de construção fora da FAIXA DE DOMÍNIO atual, os estudos devem dar atenção especial aos riscos e impactos relacionados a processos de desapropriação / reassentamento, biodiversidade, Povos Indígenas e comunidades tradicionais e patrimônio cultural (PD5, PD6, PD7 e PD8);
- (iii) Linha de base (diagnóstico) e atualizada da Área de Influência Direta (AID);
- (iv) Estudos hidrológicos e de drenagem;
- (v) Modelagem de ruído baseada em cenários atualizados de tráfego ao longo da concessão e identificação de receptores sensíveis (baseada na ocupação real, independente de planos diretores / zoneamento), sendo que os resultados deverão ser compartilhados com as autoridades competentes e com os municípios relevantes para consideração em seu planejamento urbano;
- (vi) Avaliação de Risco de Segurança, com base nas diretrizes do PD4, com análise dos riscos gerados por seus acordos de segurança patrimonial para as pessoas, quer estas estejam dentro ou fora do local do projeto;
- (vii) Avaliação do risco de violência de gênero e de exploração e abuso sexual;
- (viii) Avaliação dos impactos do projeto nos serviços ecossistêmicos;
- (ix) Consulta, caso aplicável, às autoridades brasileiras (Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e Instituto Nacional de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN) e à ARTESP, para a definição do escopo de avaliação de impactos sobre patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico, alinhado às diretrizes do PD8.
- (x) Estudo de Análise de Risco durante períodos de obras e operação.

O mapeamento atualizado de partes interessadas a ser feito no ESIA deverá ser incorporado em um Plano de Engajamento com Partes Interessadas. As Partes Interessadas são entendidas como qualquer pessoa, grupo de pessoas e seus representantes, ou instituição pública ou privada que possa ser impactada, ter interesse ou poder de influência sobre o projeto, com especial foco a comunidades afetadas. Referido plano deverá atender ao menos às seguintes condições:

- (i) Deve ser dimensionado para os riscos e impactos do projeto e seu estágio de desenvolvimento e deve ser adaptado às características e interesses das Comunidades Afetadas. Ele deve incluir medidas diferenciadas para permitir a participação efetiva daqueles identificados como desfavorecidos ou vulneráveis e envolver todos os esforços razoáveis para garantir o envolvimento com as partes interessadas que de fato representam os pontos de vista das Comunidades Afetadas.
- (ii) Deverá prever procedimentos para prevenir e gerenciar riscos de saúde para as

comunidades relacionados a emergências sanitárias, tais como o COVID-19, visando a (a) consultas seguras durante o desenvolvimento do ESIA; (b) consultas e engajamento permanentes ao longo da CONCESSÃO PATROCINADA, (c) fornecimento de informações relacionadas ao projeto para as comunidades dentro da AID e (d) recebimento de *feedback*, adotando-se todas as medidas possíveis para proteger a saúde dos envolvidos.

PGAS

Os levantamentos efetuados no escopo do ESIA deverão subsidiar um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Referido plano não deve ser confundido com os planos aprovados no âmbito do licenciamento ambiental do projeto. O PGAS deverá estar alinhado aos requisitos do PD1 e contemplar, no mínimo:

- (i) Gestão do risco de exploração e abuso sexual, exigindo-se que contratados e funcionários adotem códigos de conduta, tenham treinamento sobre o assunto e tenham monitoramento dos contratados que trabalham no SISTEMA RODOVIÁRIO;
- (ii) Plano de Gestão de Contratadas e Subcontratadas, com base na Nota de Boas Práticas "Gerenciamento do Desempenho Ambiental e Social de Empreiteiros" (IFC, 2017). Dentre outros requisitos, deverá ser certificado de que todas as licenças e outorgas para utilização de areia/cascalho/solo e água, bem como os bota-fora e áreas de empréstimo utilizados, estejam válidas;
- (iii) Programa de Gestão de Resíduos (inclusive perigosos) e Materiais Perigosos, a ser implementado inclusive por empreiteiros, contratadas e subcontratadas;
- (iv) Plano de Gerenciamento de Construção, também aplicável a empreiteiras, contratadas e subcontratadas, incluindo disposições para monitoramento e prevenção e mitigação de tráfego, ruído, poeira, emissões gasosas, consumo de água e águas residuais, resíduos, materiais perigosos e resíduos perigosos, contaminação por doenças infecciosas etc;
- (v) Programa de Gerenciamento de Tráfego durante a realização de obras, incluindo mitigação de riscos de saúde e segurança para usuários das estradas, ciclistas e pedestres;
- (vi) Programa de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, aplicável a fases construção, operação e manutenção;
- (vii) Programa de Gestão da Segurança Patrimonial compatível com o PD4 (parágrafos 12 a 14) e com base nos resultados do EIAS, considerando ainda as diretrizes do "Manual de Boas Práticas - Uso das Forças de Segurança: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos - Orientação para o Setor Privado em Mercados Emergentes" da International Finance Corporation (IFC, 2017). No âmbito do Plano de Gestão de Segurança, deverão ser observadas medidas específicas visando a assegurar a segurança das comunidades afetadas, com especial foco às populações vulneráveis, de modo a mitigar ocorrências de discriminação, assédio, violência, entre outros, destas populações, inclusive quando baseadas em gênero. O plano deverá prever treinamentos periódicos sobre violência de gênero e gestão do risco potencial de exploração e abuso sexual como parte do Programa de Gestão de Segurança Patrimonial;

- (viii) Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência aplicáveis a obras, operação e manutenção; e
- (ix) Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária, cobrindo a fase de operação e manutenção, incluindo os requisitos do PD4.

Biodiversidade

(a) Apresentação

A avaliação da biodiversidade deverá ser realizada no âmbito do RELATÓRIO DE VISTORIA e poderá ter como base estudos disponíveis. Esta avaliação deverá ser realizada com base em dados obtidos em campo e consultas a especialistas, e será acionada toda vez que seja planejado o início de estudos de impacto para licenciamento de intervenção cuja área de influência direta se sobreponha a um local identificado como habitat potencialmente crítico.

As etapas para essa avaliação deverão seguir as determinações estabelecidas no PD6 e nas Notas de Orientação 6 (versão de 27 de junho de 2019). Ressalta-se que o PD6 e respectivas Notas de Orientação (em sua versão mais atual) deverão sempre ser os documentos norteadores do processo de avaliação de biodiversidade e criticidade de um habitat.

Os consultores responsáveis por essa avaliação deverão ser especialistas com experiência reconhecida na região do projeto, e/ou em habitats similares, e em estudos de biodiversidade e avaliação de habitat crítico. Especialistas nas espécies classificadas como Criticamente Ameaçadas (CR) ou Em Perigo (EN) também deverão ser envolvidos.

(b) Metodologia de Avaliação

A avaliação de biodiversidade e habitats críticos deverá abranger uma área de análise de, no mínimo, 1 km para cada lado do eixo principal das rodovias que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO.

O estudo é composto por duas partes, descritas na sequência.

Parte 1: Avaliação de Biodiversidade

Uma revisão e atualização acerca dos valores de biodiversidade prioritários ocorrentes ao longo da área de análise deverá ser realizada com base em informações de campo, apoiada em consulta a bibliografia científica e literatura cinzenta reconhecida, e consulta a especialistas.

Os valores de biodiversidade prioritários devem considerar unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, áreas com alto valor de biodiversidade reconhecidas nacional e internacionalmente, remanescentes significativos de vegetação nativa, presença de espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção e/ou endêmicas.

Estudos para Avaliação da Biodiversidade conforme PD6 devem classificar as rodovias pertencentes ao SISTEMA RODOVIÁRIO em classes distintas com relação à sensibilidade da biodiversidade, como:

- Baixa sensibilidade = Ausência de valores de biodiversidade prioritários, habitats prioritariamente modificados;

- Média sensibilidade = Presença de espécies da fauna e flora prioritárias (espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, migratórias ou congregantes), sendo o hábitat significativo ou não para a população dessas espécies, remanescentes significativos de vegetação nativa, habitats naturais no geral;
- Alta sensibilidade = além dos valores descritos acima, presença de áreas legalmente protegidas e/ou áreas chave para biodiversidade. Presença de espécies da fauna e flora prioritárias (espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, migratórias ou congregantes). Habitats entendidos como de significativa importância para a população dessas espécies podem ser considerados habitats potencialmente críticos.

Esta classificação da sensibilidade de cada segmento deverá ser confirmada com dados de campo, quando houver a necessidade de confirmação da ocorrência de espécies prioritárias e do status de preservação de remanescentes de vegetação nativa.

Para todos os segmentos deverão ser previstas medidas de mitigação aos impactos das obras previstas, que deverão ser consolidadas em um Plano de Manejo de Biodiversidade, ou integradas ao PGAS da concessão.

Caso haja impacto em habitats naturais, deverão ser seguidas as recomendações dos parágrafos 14 e 15 do PD6, que apresentam os requisitos a serem atendidos no caso de projetos em habitats naturais (parágrafo 14), sendo necessário prever, como parte da hierarquia de mitigação do projeto, perda líquida zero de biodiversidade (parágrafo 15).

Para os segmentos classificados como de média e alta sensibilidade, deverão ser aplicados os procedimentos descritos na Parte 2.

Parte 2: Determinação de habitat crítico

Fase 1 – Delimitação de habitats potencialmente críticos

A delimitação de habitats potencialmente críticos deverá ser atualizada seguindo as etapas descritas abaixo:

Revisão bibliográfica e consulta com partes interessadas sobre os valores de biodiversidade que poderiam resultar no enquadramento de partes da área de estudo como habitat crítico. A revisão bibliográfica deverá incluir consultas a artigos científicos e publicações nacionais e internacionais reconhecidamente idôneas sobre a biodiversidade da região e o status de ameaça das espécies nativas. As consultas devem incluir entidades conservacionistas, autoridades ambientais governamentais e outras autoridades pertinentes, instituições acadêmicas ou científicas e especialistas independentes reconhecidos também deverão ser consultados. Com base na investigação bibliográfica e no processo de consulta deverá ser elaborada uma lista (em formato de tabela) de todos os valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes na região do projeto que podem ser gatilho de habitat crítico, contendo as seguintes informações:

- Principais fontes de informação (Listas de espécies ameaçadas da *International Union for Conservation of Nature* – IUCN, nacional e estaduais, especialistas consultados, demais fontes consultadas).
- Análise preliminar do potencial de cada espécie/valor de biodiversidade para acionar um dos critérios de enquadramento como habitat crítico (conforme os cinco critérios definidos no

parágrafo 16 do PD6).

- Necessidades específicas de informação complementar sobre cada valor de biodiversidade com potencial de acionar o enquadramento como hábitat crítico. As necessidades de informação devem focar naquilo que é necessário para confirmar se um determinado valor de biodiversidade aciona o gatilho para enquadramento como hábitat crítico.

Descrição e mapeamento da área de estudo, incluindo a justificativa para os limites geográficos adotados, seguindo as diretrizes constantes no parágrafo NO59 das Notas de Orientação 6, que estabelece a necessidade de se delimitar uma “área ecologicamente apropriada de análise” para cada valor de hábitat crítico (espécie ou ecossistema) de ocorrência na região do projeto. A delimitação dessa área deverá considerar informações sobre a distribuição da espécie e/ou ecossistema e os padrões, funções e processos ecológicos necessários para mantê-los. Os limites podem contemplar grandes rios ou características geológicas, e devem considerar características de conectividade na paisagem. Nessa etapa, caso múltiplos valores de biodiversidade tenham distribuição ou requisitos ecológicos que se sobrepõem, uma área agregada poderá ser mais apropriada, com o intuito de se desenhar áreas ecológicas de análise. Os mapas elaborados deverão ser sobrepostos aos trechos de concessão e suas áreas de análise.

A delimitação de habitats potencialmente críticos deverá ser realizada com base na análise integrada dos produtos gerados nas etapas de revisão e descrição, considerando os critérios de enquadramento de hábitat crítico estabelecidos no parágrafo 16 do PD6 e as orientações contidas nos parágrafos NO70 a NO83 das Notas de Orientação 6. As informações compiladas na lista de valores de biodiversidade subsidiarão a delimitação de habitats potencialmente críticos, com base na delimitação das áreas ecologicamente apropriadas de análise definidas na etapa de descrição. O produto final deverá ser um mapa com a delimitação de habitats potencialmente críticos na área de análise do projeto.

Fase 2 – Confirmação de hábitat crítico

A confirmação no enquadramento de determinada área como hábitat crítico será acionada caso esteja prevista a execução de alguma obra que impacte diretamente alguma região classificada como hábitat potencialmente crítico. Essa fase deverá seguir as seguintes etapas:

Execução de levantamentos de campo considerados necessários para obter as informações definidas na etapa 1.1. Em alguns casos, estas informações poderão ser produzidas através dos levantamentos de linhas de base de biodiversidade a serem realizados nos estudos do licenciamento ambiental da obra. Entretanto, quando essa informação está incompleta ou não permite a avaliação de valores específicos de biodiversidade, a equipe de avaliação de hábitat crítico deverá recorrer a uma combinação de métodos de investigação, incluindo levantamentos complementares, estudos de ecologia das espécies/valores de interesse, consultas adicionais a especialistas, informações disponíveis em estudos recentes e/ou planos ou estratégias nacionais de biodiversidade (quando disponíveis), entre outros. A informação obtida deverá contemplar a ecologia e processos evolutivos das espécies, os habitats ou “nichos” preferenciais e outros aspectos pertinentes a nível regional, nacional e global, caso necessário.

Refinamento da lista de valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes com base nas informações complementares adquiridas. Caso estas informações não sejam conclusivas, isso deverá ser claramente justificado e deverão ser apresentados métodos alternativos e/ou premissas a serem adotadas no processo de determinação de hábitat crítico. Entretanto, independente das premissas e/ou métodos alternativos adotados, especialistas nas espécies/valores de biodiversidade deverão ser

consultados para o estabelecimento de valores de população, unidades reprodutivas, distribuição e ecologia das espécies.

Refinamento e Delimitação das “Áreas Ecologicamente Apropriadas” com base nas informações complementares obtidas em campo e por meio de consultas adicionais a especialistas. A delimitação das áreas ecologicamente apropriadas deverá ser realizada para cada um dos valores de biodiversidade identificados como potenciais gatilhos de hábitat crítico. É importante que a delimitação das áreas ecologicamente apropriadas seja embasada por especialistas nas espécies/valores de biodiversidade em questão, e considere o padrão de distribuição da espécie em toda a sua área de vida. Os critérios de delimitação das áreas ecologicamente apropriadas na região do projeto deverão ser comparados aos critérios utilizados em outros estudos sobre o padrão de distribuição da espécie em outras regiões onde a mesma também ocorre, como parte do processo de verificação se as áreas na região do projeto têm o nível de significância para a espécie/valor de biodiversidade que é definido como gatilho de habitat crítico (NO70 a NO80).

Determinação de habitats críticos, que será realizada mediante a aplicação dos cinco critérios para enquadramento como hábitat crítico, conforme procedimentos metodológicos descritos nos parágrafos NO70 a NO83 das Notas de Orientação 6. Caso necessário, especialmente nos casos de insuficiência de informações sobre alguma espécie ou valor de biodiversidade específico, especialistas e/ou instituições deverão ser novamente consultados para opinar sobre a distribuição e ocorrência da espécie, valores de população, unidades reprodutivas e outras questões chave para o enquadramento como hábitat crítico. Após essa etapa, deverá ser elaborada a Lista Final de Valores de Biodiversidade que acionam o enquadramento definitivo como hábitat crítico. Esta lista incluirá informações individuais para cada espécie/valor, incluindo, no mínimo:

- As fontes de informação utilizadas.
- Os critérios de enquadramento acionados (1 a 5).
- O nível de “criticidade” (conforme estabelecido nos parágrafos NO72 a NO83 das Notas de Orientação 6).
- A descrição da lógica de acionamento dos critérios de enquadramento em cada caso.
- A definição de eventuais informações complementares que podem ser necessárias para confirmar que uma determinada espécie/valor aciona hábitat crítico (quando esta confirmação não é possível com os dados obtidos).

Definição do mecanismo de revisão externa e acordos de cooperação para avaliação, planejamento e mitigação continuada. Todos os participantes dos processos de revisão externa serão identificados, indicando-se sua especialização, instituição de afiliação e resumo dos comentários e/ou recomendações apresentadas. Todos os acordos de cooperação serão também identificados com menção dos potenciais participantes e apresentação de justificativas para sua inclusão.

Impactos residuais e metas: deverão ser calculados os impactos residuais do projeto, utilizando-se de métricas disponíveis na literatura internacionalmente reconhecida que rege sobre o tema, com foco nos valores de biodiversidade prioritários do projeto. Caso sejam constatados impactos residuais em áreas de hábitat natural e/ou crítico, deverão ser elaboradas medidas que possibilitem atingir perda zero e/ou ganho líquido para os valores de biodiversidade que designam o habitat como tal, conforme recomendação dos parágrafos 15 e 18 do PD6, respectivamente. Essas medidas deverão ser

apresentadas em um Plano de Ação para Biodiversidade (PAB).

(c) Relatório final

O Relatório Final do Estudo de Biodiversidade deverá incluir:

- Resumo executivo;
- Descrição das metodologias utilizadas, desenho amostral dos levantamentos de campo, documentos referentes às consultas com partes interessadas e áreas ou aspectos onde foi necessário adotar hipóteses para embasar as conclusões, relatando claramente qualquer insuficiência ou limitação da informação disponível;
- Tabelas com a lista de valores de biodiversidade prioritários para a área de análise e a lista final de valores de biodiversidade que acionam critérios de enquadramento como hábitat crítico, incluindo as análises e justificativas pertinentes;
- Mapas da área de estudo e das áreas ecologicamente apropriadas de cada espécie/valor de biodiversidade estudado, conforme instruções apresentadas nas etapas de (i) descrição e mapeamento da área de estudo; (ii) refinamento da lista de valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes; e (iii) refinamento e delimitação das “Áreas Ecologicamente Apropriadas”;
- Documentação do processo de revisão externa por especialistas consultados;
- Documentação de todas as fontes de informação e dados brutos obtidos nos levantamentos de campo;
- Lista de todos os especialistas participantes, com indicação da instituição de afiliação e suas qualificações relevantes, e descrição de como suas sugestões foram conduzidas durante a avaliação;
- Plano de Ação de Biodiversidade, contendo a descrição das medidas de prevenção e mitigação de impactos, conforme a hierarquia de mitigação do parágrafo 14 do PD1, incluindo proposta de monitoramento das ações e indicadores de avaliação. Caso o estudo retorne positivamente para o enquadramento para hábitat crítico em áreas afetadas pelas novas obras, o Plano de Ação de Biodiversidade deverá incluir programas específicos de conservação para os valores de biodiversidade que acionaram o gatilho de enquadramento, objetivando atingir um saldo líquido de biodiversidade. No caso dos impactos residuais em habitats naturais, o Plano de Ação de Biodiversidade deverá prever medidas que possibilitem atingir zero perda de biodiversidade (parágrafo 15 PD6).

Povos Indígenas

Caso, durante a realização do ESIA pela CONCESSIONÁRIA, seja verificada a necessidade de se avaliar eventual impacto sobre Povos Indígenas não tratado anteriormente no EIA e PLANO BÁSICO AMBIENTAL do RODOANEL NORTE deverá ser implementado estudo alinhado às diretrizes do PD7, contendo ao menos:

- (i) Identificação e avaliação dos impactos positivos e negativos do projeto para as

comunidades indígenas localizadas dentro da AID do projeto;

- (ii) Processo de Consulta e Participação Informada (CPI), conforme diretrizes para o Plano de Engajamento com Partes Interessadas e resultados do ESIA. O processo de CPI deve:
- Começar ao início do processo de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais e implementar de forma contínua, à medida que sejam identificados novos riscos e impactos;
 - Basear-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objetivas, significativas e de fácil acesso, em idioma(s) e formato culturalmente apropriados;
 - Focar o engajamento inclusivo;
 - Estar livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação;
 - Permitir uma participação significativa, quando aplicável;
 - Ser documentado
- (iii) Caso seja necessário Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), este processo deve ser conduzido pela CONCESSIONÁRIA em coordenação com as autoridades locais (conforme regulamentação brasileira) e ARTESP. Deverá ser desenvolvida estratégia para coordenar com as autoridades locais e a FUNAI o envolvimento com os Povos Indígenas ao longo da implementação do ESIA e Plano de Engajamento com Partes Interessadas.

Nota aplicável de forma geral: exclusivamente os estudos e análises de cunho socioambiental constantes acima poderão ter seu prazo de conclusão postergado a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por meio de acordo entre as PARTES, sem que isso interfira no início das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

- 5.3. Em até 10 (dez) dias contados da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá enviar à ARTESP e aos candidatos a RELATOR INDEPENDENTE proposta de alteração ao escopo mínimo do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO indicado no item 5.2, acompanhada de justificativa técnica, a fim de incluir ou alterar a lista de ensaios técnicos, estudos e itens de vistoria a serem executados pelo RELATOR INDEPENDENTE.

5.3.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá propor redução do escopo definido no item 5.1.2.

5.3.2. Caso a CONCESSIONÁRIA não apresente a proposta de alteração de que trata o item 5.3, deverá observar o conteúdo do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO indicado no item 5.1.2 deste ANEXO.

- 5.4. O PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá conter uma tabela descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (rodovia, pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, pavimento, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).

6. DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA

- 6.1. Em até 90 (noventa) dias do início do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, deverá elaborar:
 - 6.1.1. RELATÓRIO DE VISTORIA referente às ocupações, conforme item 5.1.(iii); e
 - 6.1.2. RELATÓRIO DE VISTORIA referente à identificação dos objetos, equipamentos e insumos e/ou peças que permaneçam na área onde será implantado o SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme item 5.1.(ii).
- 6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá acionar o PODER CONCEDENTE para que se manifeste sobre as ocupações identificadas, promovendo as desocupações ou determinando que a CONCESSIONÁRIA o faça, nos termos do item 9.
- 6.3. Eventual controvérsia suscitada por quaisquer das PARTES ou pela ARTESP acerca dos RELATÓRIOS DE VISTORIA de que trata o item 6.1 serão dirimidas pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO.
 - 6.3.1. Em caso de controvérsia, as PARTES ou a ARTESP deverão submetê-la à COMISSÃO DE TRANSIÇÃO em até 30 (trinta) dias.
 - 6.3.2. A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO deliberará acerca da controvérsia em até 30 (trinta) dias da notificação da PARTE e/ou ARTESP, caso a solução da controvérsia não envolva a produção de perícia técnica, ou em 45 (quarenta e cinco) dias, caso a solução da controvérsia envolva a produção de perícia técnica.
- 6.4. A não-manifestação das PARTES e/ou ARTESP acerca do conteúdo do RELATÓRIO DE VISTORIA não acarreta a preclusão de seu direito previsto no item 6.3.
- 6.5. Após conclusão dos RELATÓRIOS DE VISTORIA, seu envio ao PODER CONCEDENTE e à ARTESP, assim como solucionada eventual controvérsia pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, nos termos do item 6.3, será facultado à CONCESSIONÁRIA iniciar a execução de obras e serviços, independentemente da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO, respeitadas as exigências contratuais, legais e as normas da ARTESP relacionadas ao início de obras.
 - 6.5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA identifique, no curso do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO, eventual infraestrutura pertencente ao SISTEMA RODOVIÁRIO em processo de deterioração e/ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou ativos situados no SISTEMA RODOVIÁRIO, ou localidades afetadas pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, deverá adotar todas as medidas necessárias para remediar o processo de deterioração ou risco à segurança identificado, independentemente da conclusão dos RELATÓRIOS DE VISTORIA.
- 6.6. O início da execução de obras e serviços pela CONCESSIONÁRIA não afasta a necessidade de que novos vícios, anomalias, irregularidades, passivos, entre outros, devidamente encontrados e registrados pela CONCESSIONÁRIA, sejam incorporados ao PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
- 6.7. A elaboração dos RELATÓRIOS DE VISTORIA, bem como o início antecipado da construção, não afetará o prazo e demais regras relacionadas à conclusão do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO e ao início do PERÍODO DE CONSTRUÇÃO.
- 6.8. Atrasos e demais ônus que não decorram de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE não darão

ensejo a desequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA, quando relacionados exclusivamente ao início antecipado de obras e serviços pela CONCESSIONÁRIA.

- 6.9. Os RELATÓRIOS DE VISTORIA deverão compor o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO a ser elaborado nos termos do item 5.

7. DO RECEBIMENTO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO

- 7.1. No prazo indicado no item 5.1, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARTESP o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
- 7.2. O PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá considerar todas as decisões já emitidas pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO acerca das controvérsias suscitadas pelas PARTES ou pela ARTESP, se aplicável, inclusive no que se refere aos RELATÓRIOS DE VISTORIA.
- 7.3. Caso a diferença entre custos estimados para conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO (a) apresentados pela CONCESSIONÁRIA, por meio do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL e (b) previstos no ANEXO 21, nos itens 1.1 e 1.2, seja superior a R\$ 838.586.264,00 (oitocentos e trinta e oito milhões quinhentos e oitenta e seis mil duzentos e sessenta e quatro reais), as PARTES poderão se valer da hipótese de rescisão antecipada do CONTRATO prevista na Cláusula 6.5.iii.
- 7.4. Em até 30 (trinta) dias do recebimento do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, caberá à ARTESP:
- (i) Acatar o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO apresentado pela CONCESSIONÁRIA; ou
 - (ii) Solicitar ajustes no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, caso entenda haver razões tecnicamente justificáveis para eventual alteração, que deverão constar na referida solicitação.
- 7.5. Na hipótese do inciso (i) do item 7.4, o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO converter-se-á automaticamente no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL.
- 7.6. Na hipótese do inciso (ii) do item 7.4, a CONCESSIONÁRIA terá prazo de 15 (quinze) dias para avaliar os ajustes solicitados pela ARTESP e se manifestar quanto à sua pertinência.
- 7.7. Após a avaliação prevista no item 7.6, a ARTESP terá 15 (quinze) dias para:
- (i) Acatar a manifestação da CONCESSIONÁRIA; ou
 - (ii) Submeter, observado o disposto no item 4.2.1, eventuais controvérsias para a análise da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, que deverá apresentar sua deliberação às PARTES e à ARTESP em até 10 (dez) dias do recebimento da notificação da ARTESP.
- 7.7.1. Caso a ARTESP não se manifeste no prazo indicado no item 7.4 ou no item 7.7, o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO será submetido à COMISSÃO DE TRANSIÇÃO e seguirá o rito previsto no item 7.8 abaixo.

- 7.8. Transcorridos os prazos previstos nas hipóteses dos incisos (i) e (ii) do item 7.7. acima, a CONCESSIONÁRIA terá 10 (dez) dias para elaborar o PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, contemplando os novos parâmetros indicados pela ARTESP e / ou pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, inclusive mediante atualização do PROJETO EXECUTIVO certificado de que trata o item 5.1.(iv).
- 7.9. Caso as PARTES ou a ARTESP discordem, integralmente ou em parte, da decisão da COMISSÃO DE TRANSIÇÃO de que trata o item 7.7, inciso (ii), poderão submeter a questão à arbitragem.
- 7.9.1. Na hipótese prevista no item 7.9, caberá ao pleiteante o ônus de demonstrar a adequação ou não do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, devendo, para tanto, fornecer os elementos de prova exigidos pelas normas vigentes, bem como, no que pertinente, fotos, projetos, croquis, resultados de ensaios de controle de execução, relatórios de quantidades, orçamento de preço, nos termos do regramento aplicável à precificação de desequilíbrios disposto na Cláusula Vigésima Quinta do CONTRATO, contrato de prestação de serviços com quantitativos e nota fiscal de prestação de serviços.
- 7.9.2. A decisão arbitral final deverá observar, além dos critérios estabelecidos na Cláusula Quinquagésima Sexta do Contrato, o estado atualizado da OBRA DE IMPLANTAÇÃO no momento da emissão da decisão arbitral, devendo ser considerados e respeitados os investimentos já realizados pela CONCESSIONÁRIA em observância à decisão emitida pela COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, evitando a necessidade de refazimento/demolição dos investimentos já realizados.
- 7.9.3. A submissão de quaisquer controvérsias à arbitragem não obstará a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO e o início do PERÍODO DE CONSTRUÇÃO.
- 7.10. A prerrogativa prevista na Cláusula 6.5.iii do CONTRATO será aplicável até prolação de decisão arbitral final, contra a qual não caiba qualquer recurso.

8. DAS CONSEQUÊNCIAS QUANTO AO RECEBIMENTO DO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL

- 8.1. A diferença entre os montantes previstos no ANEXO 21, nos itens 1.1 e 1.2, e os custos estimados para conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, conforme indicados no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, constituirá EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e, portanto, passível de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 8.2. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência da hipótese prevista no item 8.1 se dará mediante alteração do valor do APORTE PÚBLICO, conforme previsto na Cláusula 26.1.v do CONTRATO, e respeitará as seguintes condições:
- (i) Caso o valor das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO com base no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL seja superior ao indicado no ANEXO 21, o valor do APORTE PÚBLICO será majorado de acordo com as seguintes fórmulas:

$$\text{Se } 10\% \times (VPA - VPR) \geq \text{R\$ } 83.858.626,00 \text{ então}$$
$$DC = (VPA - VPR - \text{R\$ } 83.858.626,00)$$

Ou,

Se $10\% \times (VPA - VPR) < R\$ 83.858.626,00$ então

$$DC = 90\% \times (VPA - VPR)$$

- (ii) Caso o valor das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO com base no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL seja inferior aos indicados no ANEXO 21, o valor do APORTE PÚBLICO será reduzido de acordo com a seguinte fórmula:

$$DP = 50\% \times (VPR - VPA)$$

Onde:

DC é o montante de elevação do APORTE PÚBLICO;

DP é o montante de redução do APORTE PÚBLICO;

VPA é o valor das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO com base no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, na data base de março de 2022;

VPR é o valor das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO com base no ANEXO 21;

- 8.3. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA deixar de registrar, no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, qualquer vício, passivo ou inconformidade, o risco relativo às correções e tratamento do respectivo item deverá ser atribuído à CONCESSIONÁRIA, salvo nos casos de VÍCIO OCULTO.
- 8.4. A alteração do valor do APORTE PÚBLICO, da forma prevista no item 8.2, deverá incidir linearmente sobre todas as parcelas dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, sendo o valor total final do desequilíbrio distribuído na mesma proporcionalidade prevista no item 3 do ANEXO 19.
- 8.4.1. Em nenhum momento, o valor acumulado pago à CONCESSIONÁRIA, a título de APORTE PÚBLICO, poderá ser superior ao valor já executado dos investimentos a cargo da CONCESSIONÁRIA, conforme estimados em seu CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO constante do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, considerando os termos do item 8.4.
- 8.4.2. Na hipótese de superação do limite previsto no item 8.4, o montante que sobejar o limite estabelecido deverá ser alocado para parcela subsequente.

9. DAS PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS À DESOCUPAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

- 9.1. Observados os itens 6.1.1 e 6.2, caso o PODER CONCEDENTE opte por determinar à CONCESSIONÁRIA a realização das desocupações, deverá fazê-lo até o prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento de RELATÓRIO DE VISTORIA indicado no item 6.1.1, e a CONCESSIONÁRIA deverá observar os seguintes prazos e condições para desocupação:
- 9.1.1. As ações de desocupação a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA deverão ser realizadas por meio de REASSENTAMENTO.
- 9.2. Caberá ao PODER CONCEDENTE, caso opte pela realização de REINTEGRAÇÃO DE POSSE, assegurar o cumprimento dos requisitos legais e das proteções processuais consistentes com as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos, bem como o disposto no PD5 e notas de orientação correspondentes, adotando medidas como:

- (i) Consulta às pessoas afetadas;
 - (ii) Notificação, com antecedência adequada e razoável, endereçada a todas as pessoas afetadas, acerca da reintegração agendada;
 - (iii) Disponibilização, em prazo razoável e a todas as pessoas afetadas, de informações sobre os despejos propostos;
 - (iv) Presença de oficiais do ESTADO ou seus representantes, durante a reintegração;
 - (v) Identificação adequada daqueles que realizarão a reintegração;
 - (vi) As reintegrações não devem acontecer em mau tempo ou à noite, a menos que as pessoas afetadas estejam de acordo;
 - (vii) Fornecimento de recursos legais; e
 - (viii) Prestação, quando possível, de assistência jurídica às pessoas que necessitem de reparação judicial. Deve ser considerada também a presença de monitores terceirizados independentes, a fim de garantir supervisão e gestão de riscos do processo de REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
- 9.3. As ações de desocupação necessárias à execução plena das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverão ser concluídas até o fim do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO.
- 9.4. Ocupações que não interfiram na realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverão ser removidas até a DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO PLENA ou DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO PARCIAL, conforme aplicável, observado o item 9.8.
- 9.5. O reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será realizado em atenção aos custos indicados no RELATÓRIO DE VISTORIA previsto no item 6.1.1, apurado na forma do item 5.1.1, independentemente dos custos efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA.
- 9.6. A CONCESSIONÁRIA também fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na realização das desocupações, desde que não tenham sido causados por dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, ou em razão de evento cujo risco lhe foi atribuído.
- 9.7. Caso o PODER CONCEDENTE decida por efetivar as desocupações, a CONCESSIONÁRIA ficará isenta de qualquer responsabilidade por atrasos decorrentes da demora de sua efetivação, sendo-lhe assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do CONTRATO.
- 9.8. Não obstante as providências específicas tratadas no ANEXO 02, caso sejam identificadas áreas ocupadas no SISTEMA RODOVIÁRIO, caberá à CONCESSIONÁRIA indicar quais delas poderão ser objeto de DESAFETAÇÃO pelo PODER CONCEDENTE, assim consideradas as áreas que não interfiram: (i) na realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, (ii) na execução dos SERVIÇOS DELEGADOS; ou (iii) no funcionamento dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, desde que tal delimitação atenda aos requisitos presentes no PD4.

10. DAS OMISSÕES NO PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E DAS CORREÇÃO

DAS FALHAS

- 10.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que as incorreções ou falhas não identificadas no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL deverão ser por ela corrigidas e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, excetos os casos de VÍCIO OCULTO.
- 10.2. As incorreções ou falhas identificadas no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, nos termos deste ANEXO, deverão ser corrigidas pela CONCESSIONÁRIA e constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, nos termos do item 8.1.
- 10.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contemplar todos os custos decorrentes da remediação de incorreções e falhas por ela identificadas no PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, nos termos do item 5.1.(vi).

11. DA REMOÇÃO DE OBJETOS DO SISTEMA RODOVIÁRIO

- 11.1. Deverão ser removidos pelo PODER CONCEDENTE os objetos, equipamentos, insumos e/ou peças indicados conforme item 5.1.(ii) deste ANEXO, até o fim do PERÍODO DE PRÉ-CONSTRUÇÃO.
- 11.2. Para fins de interpretação do item 11.1, entende-se como remoção a movimentação física ou outra atividade que tenha como consequência a retirada definitiva do objeto, equipamento, insumo e/ou peça da área em que será implantado o SISTEMA RODOVIÁRIO, incluindo demolições, desmontes, explosões, sempre seguidas de remoção do entulho, bem como a obtenção das licenças ou autorizações eventualmente necessárias dos órgãos competentes para a realização dessas atividades.
- 11.3. A remoção dos objetos tratada no item 11.1 poderá ser delegada à CONCESSIONÁRIA, mediante decisão unilateral do PODER CONCEDENTE, formalizada através de termo de delegação, a ser comunicada à CONCESSIONÁRIA, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 11.3.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será realizado em atenção aos custos indicados no RELATÓRIO DE VISTORIA previsto no item 6.1.2, apurado na forma do item 5.1.1, independentemente dos custos efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA
- 11.4. A delegação de que trata o item 11.3 deverá ser feita em até 10 (dez) dias do recebimento de RELATÓRIO DE VISTORIA indicado no item 6.1.2.
- 11.5. A CONCESSIONÁRIA terá 3 (três) meses para realizar a remoção de que trata o item 11.2, contados da data de recebimento do termo de delegação.
- 11.6. A CONCESSIONÁRIA fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na realização das remoções, desde que não tenham sido causados por dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, ou em razão de evento cujo risco lhe foi atribuído, independentemente de ter ocorrido delegação do PODER CONCEDENTE.

12. DA ASSINATURA DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO

- 12.1. No caso de não-exercício da prerrogativa de rescisão antecipada do CONTRATO prevista na Cláusula 6.5.iii, as PARTES deverão proceder à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA

DEFINITIVO, nos prazos e conforme regramento definido neste ANEXO.

- 12.1.1. Como condição precedente à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO, o DER/SP deverá transferir, à CONTA RESERVA, eventual valor que seja necessário para que esta tenha saldo equivalente a, no mínimo, o valor do APORTE PÚBLICO, já considerada eventual elevação decorrente do mecanismo previsto no item 8.
- 12.2. Caso o TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO não seja assinado em até 180 (cento e oitenta) dias do recebimento do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, a CONCESSIONÁRIA ou o PODER CONCEDENTE poderão se valer da hipótese de rescisão antecipada do CONTRATO, prevista na Cláusula 6.5.iv, do CONTRATO.
 - 12.2.1. A prerrogativa de que trata o item 12.2 não poderá ser exercida caso o atraso na assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO seja decorrente de omissão da CONCESSIONÁRIA.
- 12.3. A assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVO somente será permitida mediante certificação da ARTESP do cumprimento de todas as atividades previstas na Cláusula 6.2.2 do CONTRATO.

13. INVENTÁRIO

- 13.1. O PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, além das eventuais decisões arbitrais, quando houver controvérsia sobre o conteúdo do PROJETO ATUALIZADO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO FINAL, integram o INVENTÁRIO.
- 13.2. Após a conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar TERMO DE ARROLAMENTO DEFINITIVO, que também integrará o INVENTÁRIO dos BENS REVERSÍVEIS, o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado, sob pena das penalidades cabíveis, nos termos do ANEXO 11.